

CIDADANIA, COMUNICAÇÃO E CIBERDEMOCRACIA

Uma leitura crítica da comunicação e o desenvolvimento social

Francisco Sierra Caballero¹

Pensar no nosso tempo a comunicação e o desenvolvimento normativo da democracia, como tarefa intelectual e desde a ótica da cidadania torna-se impossível sem levar em consideração os processos de reestruturação e transformação do *novo espírito do capitalismo*. Mesmo que possamos falar *da apropriação social*² das novas tecnologias ou da socialização dos novos meios e mediações culturais na era digital, tais processos têm lugar a partir das contraditórias e conflitivas sobre-determinações dos processos de submissão de toda a sociedade à lógica do capital. Este é o marco que orienta e dá sentido à luta pela cidadania perante as atuais assimetrias e desigualdades constituintes do campo cultural. Não podemos, em consequência, propor-nos definir os desafios democráticos do desenvolvimento dos meios e sistemas de informação digital sem ser conscientes das lógicas sociais que percorrem e determinam tais processos, a não ser que repitamos o erro histórico, tal como sucedeu com o desenvolvimento da Comunicação Educativa e a expansão da indústria de satélites nos anos sessenta ao calor do paradigma dominante de difusão de inovações. Ou, pior ainda, que, por um desejo de implementar a modernidade mal compreendida, se evite, inclusive, desde a teoria crítica, discutir

1 Doutor em Ciências da Informação pela Universidad Complutense de Madrid, UCM, Espanha. Diretor do Grupo Interdisciplinario de Estudios en Comunicación, Política y Cambio Social, (Compóliticas). Professor titular de Jornalismo na Universidade de Sevilha.

2 NT: Em itálico, no texto original.

tal centralidade qualitativa para continuar fazendo questão de alegar os tópicos da falta de pluralidade e a hegemonia ideológica, próprias dos meios analógicos tradicionais, sem assumir o potencial desconstrutivo do pensamento para a transformação social subjacente nas práticas criativas de autonomia encontradas ao longo das interfaces do novo sistema informativo.

Certamente, hoje em dia, não é possível compreender e pensar as transformações em curso sem transcender as cosmovisões convencionais que limitam o alcance e conhecimento da nova realidade emergente. Toda tentativa de conceitualização teórica envolvendo a interface Cidadania/Novas Tecnologias da Informação deve, por uma questão de coerência, abordar em sua radical singularidade, e desde o plano concreto da imanência, o marco de conflitos e contradições que atravessam a nova divisão internacional do trabalho cultural, bem como os processos de acesso e apropriação local da tecnocultura, considerando desde uma visão crítica o papel das políticas públicas e as novas formas de domínio e controle social que inaugura o *Capitalismo Cognitivo*.

Nas páginas seguintes, apresentam-se algumas ideias fundamentais a este respeito, emoldurando o eixo central dos conceitos abordados na experiência recente do 15M³, desde uma nova leitura *do espírito McBride* e os direitos culturais da sociedade, em consonância com a configuração e a natureza do ecossistema das redes distribuídas de informação e conhecimento.

1. Do Estado da arte e a agenda de investigação

A hipótese fundamental de partida, amplamente assinalada pela maioria de estudos em matéria de cultura digital e ciberdemocracia, é a centralidade que, adquire o trabalho imaterial e, mais concretamente, as novas tecnologias digitais nos processos de intercâmbio e reprodução social que antecedem e atravessam toda possibilidade ou forma de participação cidadã, como também, evidentemente, a própria configuração do espaço público. Com a modernidade tal como foi reconhecido pelos estudos de Opinião Pública a partir da década dos trinta, a informação e a comunicação pública moderna desempenharam funções fundamentais

3 Denominação do ciclo de protestos iniciados em 15 de maio de 2011, em cidades espanholas, cuja organização se deu através das redes sociais (nota dos eds.).

na configuração do espaço comum de deliberação e representação política. Desde então, é comum reconhecer que sem informação e acesso ao espaço comunicacional a liberdade de expressão e outros direitos sociais tendem a ser desrespeitados. Hoje, de fato, a qualidade da vida democrática de uma sociedade pode ser avaliada em função da vitalidade e da própria diversidade do sistema informativo. A vontade de saber sobre as condições e parâmetros da organização democrática da mediação, na teoria e, sobretudo na análise empírica, tem sido amplamente desenvolvida. Tanto que a Comunicação Política pode ser considerada uma das disciplinas e objetos de estudo mais privilegiados na investigação da ciência da Comunicação, além de motivo recorrente de acirradas críticas e discussões acadêmicas, especialmente no que se refere aos problemas normativos derivados da necessidade de regulação social e às relações de mútua dependência existentes, direta ou indiretamente, entre o sistema social e o sistema público de comunicação. A ampla produção científica na matéria tendeu conseqüentemente a observar as diversas realidades da comunicação política, em função dos efeitos, conseqüências negativas e dimensões institucionais da fenomenologia da cultura democrática midiaticizada, deixando de lado aspectos significativos como a emoção, os imaginários e representações da cultura pública e, portanto, a participação, que facilitam ou restringem as mediações das indústrias culturais. Agora, na era digital, esse esquecimento da natureza subjetiva, vivencial e *reconstrucionista* da mediação vem deixando em evidência a necessidade de uma outra abordagem que, pensando criticamente, no concreto, as instâncias de recepção, consumo e produção política do social midiaticizado, trate de vislumbrar, num sentido cultural mais amplo, as mutações estruturais que as indústrias da comunicação impulsionam nos modos de organização e as formas de ação coletiva contemporâneas que, entre outros processos, facilitam a abertura de novos processos de participação e desenvolvimento comunitário. Caso contrário, a investigação social pode terminar convertendo-se, como em parte acontece com muita da produção bibliográfica na matéria, em mera junção de argumentos neodifusionistas de instituições como a UE, ao serviço de um discurso e política pública que tende a identificar o papel estratégico da Sociedade da Informação e do Conhecimento como o principal fator de progresso e desenvolvimento de um novo renascimento democrático, uma nova era que liberará todas as potencialidades pensáveis na ilustração, a condição, claro está, de cumprir ponto por ponto os lineamentos da economia neoclássica na saída da crise do modo de acumulação capitalista, por meio da concentração do investimento e o gasto público no binômio ciência-tecnologia (I+D+i), concebidas como vetores

motrizes da nova sociedade-rede. É nesta lógica discursiva da Sociedade da Informação como ideologia que deve ser entendida a referência comum dos estudos em novas tecnologias e desenvolvimento sobre a função provisória de Capital Social que contribuem os novos meios, bem como as reiteradas referências dos estudos de cientistas políticos sobre a importância da confiança e o bom governo com as TICs, no que poderíamos qualificar, claramente, como uma sorte de renovado nominalismo fundamentado na lógica da racionalidade instrumental.

Mas, por outra parte, a própria ideia de Capital Social, implícita nos debates sobre a Sociedade Europeia da Informação, revela que, de um modo ou de outro, existe, ainda de forma embrionária, como hoje se observa em movimentos como o 15M, um estreito vínculo entre as novas formas de *agenciamento* e os dispositivos digitais de representação, informação e expressão cultural, no que Castells sintetiza como o grande salto da *Mass Communication* ao *Self Média*. Os novos meios digitais, a galáxia Internet, não fortaleceram, apenas, as formas de integração comunitária. Na medida em que ampliaram as formas e o grau de participação cidadã, as redes interativas de comunicação social transformaram radicalmente as formas de sociabilidade e, paulatinamente, de passagem, furaram as bases institucionais do modelo centralizador e hierárquico de mediação das representações sociais. Se observarmos as novas experiências de mobilização e ativismo social de redes como Anonymous, e comparamos as formas tradicionais de governança com as novas lógicas de politização do social latentes nos processos de articulação das comunidades virtuais, parece lógico pensar que, na sociedade-rede, a participação cidadã é um indicador relevante que dá conta do maior nível ou não de desenvolvimento. Daí inferir, com autores como Putnam, que, da maior ou menor disposição de capital entre diferentes coletivos de população, depende a crise de confiança e a perda de autonomia dos atores locais. Mas ao explicar a função socializadora da cultura digital e, em geral, das TICs, são numerosas as interpretações que concebem a nova mediação como uma variável que reforça, junto a outros múltiplos fatores, certas tendências que, entre outros efeitos, incidem no isolamento e desconexão cidadã, pelo próprio consumo de meios eletrônicos como a televisão e Internet, na medida em que estes tendem a separar os membros de uma comunidade dada, estabelecendo distâncias e interesses diferentes, contrários, ou, ao menos, nada favoráveis à vida em comum. Nesta linha, autores como Jorg Becker vêm insistindo sobre a desconexão cidadã e a *balcanização* do espaço público como principais efeitos do isolamento e atomização dos indivíduos consubstanciais ao novo meio digital. Outras contribuições como as de Pierre Lévy argumentam justamente o

contrário: a mediação tecnológica articula novas formas de sociabilidade, inaugura espaços e canais de interação autônomos que podem e, de fato, conseguem revitalizar a democracia.

Faz uma década, quando iniciávamos nossos estudos nesta matéria, boa parte do debate teórico e acadêmico sobre o papel das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC) partia desta mesma matriz ou lógica interpretativa dicotômica, similar, no fundo, aos termos dos célebres debates entre apocalípticos e integrados em torno da cultura de massas. Mas, desde então, numerosos acontecimentos obrigam a repensar as categorias e os modelos de análises. A emergência de novos processos de participação local e global, em campanhas como a eleição do presidente de Estados Unidos, Barack Obama, ou o recente movimento 15M, redefiniu em boa medida o contexto social objeto de deliberação científica por parte da comunidade acadêmica, apontando a emergência de uma nova ordem e realidade. Hoje sabemos, por exemplo, que a reivindicação por parte do novo netativismo do direito à cidade, que o exercício da cidadania e o bom governo são cada vez mais concebidos necessariamente como a construção, não só de um processo de inclusão e socialização digital ante os intensivos processos de mudança, senão, sobretudo, como um processo de luta e apropriação por recursos difusos como a Internet, de luta pelo código, que exige uma maior permeabilidade e abertura cognitiva da investigação se quer captar ou perceber o uso múltiplo e variado da informação e o conhecimento pelos atores sociais. Como adverte Negri, hoje assistimos à proliferação de uma nova *complexidade coletiva múltipla* e a uma crise da representação, que demandam do pensamento e da teoria social, mais ainda desde uma perspectiva crítica, novos parâmetros e categorias, tal e como apontam em sua descrição da revolução e das multidões inteligentes, Negri e Hardt (2011).

No novo modelo de mediação social, o conhecimento das transformações em curso que introduz a cultura digital exige uma prática teórica bem diferente. Não só estão em crise as formas de governabilidade e as lógicas de concepção do desenvolvimento. As redes e a linguagem comum dos vínculos definem novos cronotopos e pontos de ancoragem da experiência que devem ser repensadas desde uma cultura de investigação dialógica, uma concepção imanentista do acontecimento e a ruptura com a produção mediática estandardizada em função, fundamentalmente, de uma leitura *criativa e indiciária* do pensar e definir o ser digital. Mais ainda, no novo horizonte cognitivo, a política da ciberdemocracia deve propor-se como uma Economia Política do Arquivo, como uma crítica metacognitiva da captura da experiência vivencial da cibercultura começando com os indicadores

de inclusão digital e concluindo com os modos de compartilhar e socializar o saber sobre o social.

Começaremos pelo primeiro que, na realidade, compartilha a mesma matriz política e cognitiva. Em nossa época cada vez é mais notória, politicamente, a pertinência de repensar e discutir os métodos e critérios de avaliação dos processos de modernização tecnológica, discutindo como avaliar e definir indicadores em matéria de inovação que garantam a democratização e desenvolvimento de novas formas de governo e *sistemas dialógicos* de interação e construção do comum, entendendo que o problema estratégico das políticas locais hoje em dia, na era da globalização, é justamente como avaliar e definir a participação para uma governança que impacte favoravelmente nos processos de desenvolvimento comunitário autônomo desde uma firme aposta na democracia participativa e pluralista na era *da cultura como recurso*. Pois, do conhecimento concreto das novas formas de construção da cidadania nos processos de desenvolvimento urbano e rural, através das novas tecnologias da informação, se inferem lógicas diferentes de construção do espaço e da subjetividade política, que têm de ser repensado e que, lamentavelmente, a investigação pouco ou nada está contribuindo a abordar, seja pelas aproximações e fraturas disciplinares, seja pela racionalidade eficiente e o domínio do paradigma informacional no estudo da mediação ou, como em parte se observa, pela herança colonial de um modo de produção do conhecimento positivo e individualista metodologicamente, que Edgar Morin critica como pensamento bárbaro e egocêntrico.

Sustentar esta cultura cartesiana nos modos de pensar e descrever o ator-rede resulta algo incongruente e/ou extemporâneo. A nova configuração sociopolítica da era digital exige, antes que qualquer outro princípio ou norma, assumir, com todas suas consequências, a complexidade dos fluxos transversais de informação e de conhecimento que permeiam e impregnam todas as ordens e dimensões da vida social e cotidiana da população. E esta questão, a segunda enumerada anteriormente, não pode ser postergada sem consequências políticas no Capitalismo Cognitivo.

Uma revisão sucinta dos trabalhos de campo e estudos empíricos na matéria constata que existem algumas transformações substanciais experimentadas no âmbito da comunicação que, como argumenta a investigação administrativa, incidem na recomposição das esferas públicas e privadas e que, nós acrescentaríamos, têm como consequência a crise do conceito de serviço público e a progressiva

individualização e esvaziamento dos vínculos comunitários, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, observa-se:

- a. A multiplicação de foros de discussão e o desenvolvimento de espaços de expressão e visibilidade social de segmentos populacionais tradicionalmente excluídos dos meios convencionais de informação.
- b. A proliferação de grupos e coletivos sociais de mobilização e intervenção política.
- c. E o desenvolvimento de experiências participativas de criatividade social no uso e apropriação das novas tecnologias para o desenvolvimento comunitário.

Esta particular dialética da revolução digital tem lugar num processo no que, no entanto, ante a crise de representação e *governança*, ao calor dos processos intensivos de transformação global do capitalismo, as autoridades locais, e em geral a Administração Pública, mal exploraram as potencialidades emancipatórias que permitiriam reinventar a democracia local e a representação a escala global, que o movimento do 15M denomina Democracia 4.0. Os resultados arrolados em trabalho de campo indicam que, frente ao Uso Avançado dos Sistemas de Informação e Representação Social, as autoridades locais seguem ancoradas no Uso Subdesenvolvido das Tecnologias Desenvolvidas, reeditando a ideia republicana e conservadora de Madison, justo quando a democracia mais requer inovação, uma nova ciência baseada na participação criativa, na autonomia social, sem a mediação instrumental e limitada da comunicação como domínio que restringe, de acordo com paradigma da representação, as formas de acesso e controle social da mediação (SIERRA, 2011).

No conteúdo e tensão que carrega este paradoxo, podemos situar a crítica às deficiências do modelo representacional observadas durante nosso trabalho de campo, perante a intensificação em escala geométrica dos processos de globalização e seus efeitos colaterais no plano local, entre eles a já mencionada desconexão dos cidadãos, a falta de compromisso cívico ou a negação direta a participar dos tradicionais modelos de mediação, claramente inadequados na cultura e formas interativas da era digital.

A prevalência do modelo ou paradigma informacional de gestão e organização da comunicação pública moderna e a própria concepção científica da Ciência da Comunicação, está sendo, não obstante, impugnada na realidade por práticas sociais e atividades de interação política frágeis, fluidas, empoderadas por dinâ-

micas de construção e cooperação social como, por exemplo, a conectividade e o ativismo dos novos movimentos sociais, que cada vez mais utilizam as ferramentas telemáticas como recursos de informação e organização interna. A própria conexão entre associações civis e grupos específicos de população, liderada pelo denominado Terceiro Setor, começa, inclusive, a pensar uma economia social da comunicação, enquanto traça nós e macrorredes articuladas à escala internacional, ou experimenta novas modalidades de intervenção sociopolítica no ciberespaço.

Os mídias interativos, as comunidades virtuais desterritorializadas e o auge da liberdade de expressão que permite Internet abrem (neste sentido) um inovador espaço de comunicação, inclusivo, transparente e universal, chamado a renovar profundamente os diversos aspectos da vida pública no sentido de um maior incremento da liberdade e a responsabilidade dos cidadãos (LÉVY, 2002, p. 9).

Se tiver algum sentido apostar na participação como princípio reitor da democracia e no desenvolvimento local, é justamente porque se concebe a comunicação como contexto e horizonte de progresso, a favorecer as relações antecipatórias e liberadoras, porque se aspira promover relações de cooperação e formas de cidadania ativa, porque, definitivamente, se aposta em ativar as relações de confiança e o interesse público, a partir dos contextos locais e mundos de vida. O desenvolvimento social das NTICs e as categorias e protocolos de análises nesta matéria devem, portanto, ajustar-se aos processos de apropriação social pela comunidade, às necessidades radicais de expressão e desenvolvimento cultural dos sujeitos, bem como aos reptos econômicos-políticos de interesse e domínio público, pensando a participação e as possibilidades abertas pelos novos meios digitais como um processo de construção coletiva do desenvolvimento e do conhecimento baseado na cooperação e na organização de redes cívicas e no desenho dos planos de mudança social, a partir da criatividade individual e coletiva dos atores locais.

2. Hackear o espaço público, pensando em rede

Na materialização dos processos de transformação da revolução digital, temos resenhado como alguns estudiosos, inclusive desde uma perspectiva crítica, apontam a constatação de esvaziamento do público como consequência da proliferação televisual e a colonização dos mundos de vida. Mas, como todo processo contraditório, outras interpretações demonstram, pelo contrário, a relevância das novas tecnologias no desenvolvimento de experiências de empoderamento local. A questão que dirime o citado diálogo improdutivo entre os que acreditam no poder da tecnologia e os que a rejeitam é demarcar-se de tal dicotomia estéril para pensar sistemicamente e hackear as mediações, identificando o grau de interconexão, a extensão e qualidade das redes, pensando, enfim, desde a linguagem dos vínculos, a qualidade e complexidade da participação. É verdade que um dos problemas das novas tecnologias, tal e como apontávamos, citando Jorg Becker, é precisamente a fragmentação, “ao liberar-se as conexões sociais das limitações do tempo e espaço, as TICs poderiam criar uma sociedade dominada por grupos de interesse encerrados em si mesmos, o que daria lugar à denominada balcanização do interesse público (Van Bavel/Punie/Tuami, 2004: 3).

Enquanto a Internet personaliza, vincula e reconhece os novos “agrupamentos sociais”, as formas moleculares de enunciação e *agenciamento* coletivo, também a rede desestrutura e desarticula os projetos políticos como horizonte vital. “O sistema teledemocrático tenderia (assim) a esvaziar de conteúdo e, em longo prazo, a abolir as estruturas e relações associativas e comunitárias de caráter intermédio entre o Estado e o indivíduo, nas quais o homem, enquanto ser social, realiza-se” (PÉREZ LUÑO, 2004, p. 85). Por isso, frente ao enfoque dos processos comunitários de adaptação das novas tecnologias com participação cidadã, implícito na noção de Capital Social e tradição da qual é herdeira, é mais pertinente definir tais processos de mudança, além do individualismo metodológico, em termos de inovação ou *apropriação social*, desde uma mirada estrutural, e, na mesma medida, seguindo Bourdieu, estruturante. Neste sentido, uma das leituras mais produtivas do diagnóstico sistematizado no estudo de campo sobre a matéria, tal como comprovamos, é a importância de visibilizar os modelos de democracia local através da Internet, fortalecendo o capital simbólico na apropriação das novas tecnologias a partir da cultura e a prática de participação da cidadania. Cabe, por isso, distinguir a este respeito entre Capital Social (o que Cees Hamelink denomina Capital

Informacional) e Cultivo Social (a cultura, e desenvolvimento de redes cidadãs articuladas como tramas de sentido, nas comunidades, além das condições objetivas ou materiais) (VIZER, 2003). Ambos componentes devem ser considerados na extensão das novas tecnologias para uma cidadania ativa, especialmente o Cultivo Social, porquanto constitui a trama expressiva de formações de sentido na vida cotidiana, que permitem formas organizativas de qualidade e complexidade superior, transformando os atores sociais em agentes ativos da mudança do meio, a partir de seu próprio conhecimento e práxis criativa.

Neste deslocamento do ponto de observação, convém assumir uma visão cultural da fenomenologia da economia moral da multidão inteligente, para a qual a literatura historiográfica, antropológica e socioempírica já vem contribuindo faz muitos anos, antes, inclusive, da própria existência a Internet. Assim, por exemplo, a partir de Michel de Certeau, entendemos que os processos de inclusão digital devem ser, sobretudo, concebidos como processos de empoderamento. Deste ponto de vista, o conceito de “apropriação” vincula processos abstratos e gerais de inovação científico-técnica com a vida cotidiana dos setores populares, valorizando as guerrilhas de comunicação, em que as multidões põem em jogo táticas de resistência e subversão. Em outras palavras, em todo processo de apropriação há um ato popular de transformação do sentido e da experiência, que vai além das formas objetivas e manifestas de ação coletiva e do que, por certo, transcende as noções de neutralidade e naturalização da tecnologia como agente de progresso.

Toda forma de cidadania se manifesta em três planos da vida pública: a política, a economia e a cultura. O *capital informacional*, nas palavras de Cees Hamelink, é a capacidade financeira de pagar pela utilização de redes eletrônicas e serviços avançados de informação, mas também a habilidade técnica para manejar as infraestruturas destas redes e a capacidade intelectual para filtrar e avaliar conteúdos, bem como a motivação ativa para procurar informação e aplicá-la às situações sociais, considerando tanto a dimensão econômica, como as circunstâncias políticas e culturais.

A aquisição destas competências e do capital socialmente necessário pressupõe neste sentido:

- a. A dotação de equipamento e o acesso às redes eletrônicas (infraestrutura computacional instalada, conectividade a Internet e conexão de rede interna).
- b. A utilização da tecnologia e dos instrumentos e serviços disponíveis no mercado com critério.

- c. A apropriação tecnológica e informativa. Disposição organizativa para integrar recursos e usos, recursos humanos, formação e desenvolvimento de destrezas, para processar informação, bem como motivações para procurar informação e utilizá-la em situações concretas.
- d. O funcionamento em rede dos fluxos informativos e as dinâmicas organizativas, tanto internas como externas.
- e. O desenho de políticas e estratégias de comunicação com capacidade para gerar e difundir informação própria, facilitar a presença pública, e identificar democraticamente as políticas de meios, e as prioridades socialmente necessárias.

Agora, a questão que se nos propõe desde uma visão socioanalítica é como gerar e produzir capital informacional: como definir políticas públicas em matéria de investimento no social e cultural que garantam a democratização e desenvolvimento de novas formas de governo, através das novas tecnologias, por meio de sistemas dialógicos de comunicação na aposta por uma democracia radical e pluralista, quando a definição *da cultura como recurso* vem condicionada pelas políticas internacionais de desenvolvimento na gestão, armazenamento, distribuição e organização do acesso aos bens simbólicos, sujeita como está a galáxia Internet às condições de circulação e valorização multinacionais do capitalismo. Os processos de exploração do campo cultural tendem, de fato, a limitar as lógicas *rizomáticas* e multipolares de empoderamento comunitário constituindo “arquipélagos” e unidades de valorização para uma mais eficaz especialização produtiva na adaptação local dos territórios, que explodem a diversidade cultural de seus recursos em função das necessidades do processo globalizador.

Torna-se necessário, portanto, começar a pensar reflexivamente a participação cidadã, questionando as mediações e distâncias que governam o desenvolvimento da Sociedade da Informação para transformar as práticas culturais a partir de novos marcos cognitivos e um novo imaginário político.

Em outras palavras, o marco da cultura da cópia e da coprodução e autogestão informativa exige formas inovadoras de participação e governo que favoreçam a diversidade e qualidade da intervenção cidadã no marco de um novo círculo virtuoso de melhora e desenvolvimento social. Mas, para isso, é preciso reformular os princípios de filosofia política que regem a democracia representativa para facilitar o concurso ativo da cidadania no governo do público, regulando a participação através das tecnologias informativas e o ciberespaço como lugar comum.

Devemos, em suma, começar a pensar sem Estado, ou além da nação e limites do modelo moderno de mediação.

A modo de hipótese, poderíamos, concluir que as formas de trabalho cooperativo nas redes telemáticas e a própria natureza do Capitalismo Cognitivo fazem necessário reformular radicalmente os preceitos da democracia representativa, descentralizando os sistemas de informação e decisão públicas além dos modelos de extensão e organização baseados na racionalidade eficiente típicos do paradigma modernizador e da topologia cartesiana do Estado-nação. Na medida em que a ciberdemocracia projeta um novo palco ou espaço público, novos métodos e possibilidades democráticas para a participação ativa da cidadania e uma nova concepção do espaço e da mediação, com o concurso ativo da população, as políticas públicas, devem tratar de responder com inteligência aos desafios que propõem quatro deslocamentos fundamentais em nosso tempo:

- Do Estado-nação à comunidade virtual.
- Do território local ao ciberespaço como espaço público cosmopolita.
- Da noção defasada de cidadania à ideia emergente do sujeito-cyborg.
- Da comunidade ao mercado global.

Todos estes deslocamentos apontam desafios estratégicos em matéria de governo eletrônico e participação cidadã, nos quais devemos tentar definir, por todos os meios possíveis, novos *agenciamentos* coletivos:

- Da política formal à participação cívica.
- Da regulação para o controle à regulação para a promoção da cidadania ativa.
- Da administração e a racionalidade burocrática à noção de serviço público entrelaçado nos mundos de vida.
- Da burocracia e da ideia de responsabilidade individual à defesa dos direitos e responsabilidades coletivas compartilhadas.
- Do governo da maioria ao acesso das minorias.
- De um enfoque vertical a um enfoque horizontal da administração local.
- E de uma noção funcional da produção e cultura a uma nova ética pública solidária.

Se queremos garantir a democratização e participação social produtiva dos atores sociais com as novas máquinas de informação, é preciso observar atentamente estes elementos diferenciais, mapeando as redes, relações e formas

particulares de articulação para uma intervenção social comunitária liberadora. Conseguir a conectividade social, articular tecido e massa crítica para a mudança, trançando redes cívicas de autonomia e auto-organização popular que possam realizar a democracia direta e efetiva sem intermediários, com a transformação, logicamente, da cultura política, exige, por isso, definir novas políticas culturais que cultivem o germe de uma nova ética solidária, guiada pela lógica do dom e a vinculação cooperativa características de uma cidadania responsável e socialmente ativa. E isso pressupõe a recuperação do momento privilegiado da articulação política, da luta antagonista contra-hegemônica, capaz de recuperar a palavra e a centralidade da mediação no espaço social, a partir dos problemas da vida cotidiana que estão gerando novas formas de enunciação. Neste sentido, a ciberdemocracia no Capitalismo Cognitivo propõe não só um problema de método ou meramente instrumental, senão essencialmente um dilema conceitual que nos revela a necessidade de definir e realizar o Direito à Comunicação e os direitos de cidadania no mundo das redes que nos cabem viver, imaginar, hackear e até impugnar, como espaço privilegiado de produção do comum.

Tradução de Maximiliano Martín Vicente

Referências

- ALFARO, Rosa María. *Comunicación, ciudadanía, espacio local*. Buenos Aires: Centro Nueva Tierra, 2000.
- ALFARO, Rosa María. *Innovaciones en comunicación y desarrollo. Otra brújula*. Lima: CALANDRIA, 2006.
- ALONSO, Andoni e Iñaki ARZOZ. *La nueva ciudad de Dios. Un juego cibercultural sobre el tecno-hermetismo*. Madrid: Siruela, 2002.
- ANDER-EGG, Ezequiel. *Desarrollo y política cultural*. Buenos Aires: CICCUS, 1992.
- ATTON, Chris. *Alternative Media*. Londres: Sage, 2002.
- BARBOSA, A.; CASTRO, C.; TOME, T. (Orgs.). *Mídias digitais. Convergencia tecnológica e inclusão social*. São Paulo: Paulinas Ediciones, 2005.
- BECERRA, Martín. “El proyecto de la Sociedad de la Información en su contexto”,

en Anàlisi, número 23, 1999, Universidad Autónoma de Barcelona.

BIRARDI, Franco et al. *Teletreet. Máquina imaginative no homologada*. Barcelona: El Viejo Topo, 2006.

BLANCO, I. y R. GOMÁ (Coords.). *Gobiernos locales y redes participativas*. Barcelona: ARIEL, 2002.

BLUMLER, Jay and S. COLEMAN. *Realizing Democracy Online. A Civic Commons in Cyberspace*, IPPR/Citizens Online Research Publications, número 2, March, 2001 (www.ippr.org.uk).

BOHMAN, J. *Deliberation: Pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT, 1996.

BUCY, Eric (Ed.). *Living in the information age. A new media reader*. Belmont: Wadsworth Thompson Learning, 2002.

BURGELMAN, Jean-Claude. "A New Paradigm for eGovernment", IPTS Report, Issue October, 2003 (www.jrc.es/home).

CARDOSO, Gustavo. *The media in the Network Society. Browsing, news, Filters, and Citizenship*, Lisboa: ISCTE, 2006.

CASACUBERTA, David. *Creación colectiva. En Internet el creador es el público*. Barcelona: Gedisa, 2003.

CASTELLS, Manuel. *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*, Madrid: Alianza Editorial, 1997.

CENTENO, C.; R. VAN BAVEL; Jean-Claude BURGELMAN. *eGovernment in the EU in the next decade: The vision and key challenges*, Sevilla: IPTS/European Commission, 2004.

CIBERGOLEM. *La quinta columna digital. Anfiteatro comunal de hiperpolítica*. Barcelona: Gedisa, 2005.

CIMADEVILLA, Gustavo. *Dominios. Crítica de la razón intervencionista, la comunicación y el desarrollo sostenible*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

DABAS, Elin y Denise NAJMANOVICH (Comps.). *Redes. El lenguaje de los vínculos. Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires: PAidós, 1995.

DANET, Brenda. *Cyberpl@y: Communicating online*. Oxford: Berg, 2001.

DE KERCKHOVE, Derrick. *Inteligencias en conexión. Hacia una sociedad de la web*.

Barcelona: Gedisa, 1999.

DE MORAES, Denis. “Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas” in Revista EPTIC on line, Vol. IX, número 2, maio-agosto, 2007 (www.eptic.com.br).

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Democracia y participación*. Barcelona: El Viejo Topo, 2003.

DOWNING, John D. H. *Radical Media*. Londres: Sage, 2001.

EUROPEAN COMMISSION. *Communication. The Role of eGovernment for Europe's Future*. COM (2003) 567 of 26 Sep. 2003.

EUROPEAN INSTITUTE OF PUBLIC ADMINISTRATION. *eGovernment in Europe: The State of Affaire*. EIPA (www.eipa.nl), 2003.

EVANS, Peter. *Government Action, Social Capital and Poverty Net Resources Development: Reviewing and Tools*. NJ: World Bank, 1996.

FINQUELIEVITCH, Susana (Coord.). *Ciudadanos a la red. Los vínculos sociales en el ciberespacio*. Buenos Aires: Ediciones CICCUS/La Crujía, 2000.

FINQUELIEVITCH, Susana (Coord.). *Desarrollo local en la sociedad de la información. Municipios e Internet*. Buenos Aires: La Crujía, 2005.

FRISSEN, V. “ICTs, civil society and local/global trends in civil participation”, Taller ICTS and Social Capital in the Knowledge Society. Sevilla: IPTS, 2003.

GRAMBERGER, Marc. *Citizens as Partners. Handbook on Information, Consultation and Public Participation in Policy Making*. París: OCDE, 2001.

GUATTARI, Félix. *Plan sobre el planeta. Capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares*, Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

GURNSTEIN, M. (Ed.). *Community Informatics: Enabling Communities with ICTs*, Canada: IPG, 2000.

HAMELINK, Cees. *The Ethics of Cyberspace*, London: Sage, 2000.

HALLECK, DeeDee. *Hand-Hold Visions. The imposible posibiliteís of community media*. New York: Fordham University Press, 2002.

HARDT, Michael y NEGRI, Antonio. *Common Wealth. El proyecto de una revolución del común*, Madrid: Akal, 2011.

HEILESEN, Simon y SIGGAARD JENSEN, Sisse. *Designing for Networked Commu-*

- nications: Strategies and Development*, Londres: IDEA GROUP PUBLISHING, 2007.
- HEMER, O. y Thomas TUFTE (Eds.). *Media and Glocal Change. Rethinking Communication for Development*. Göteborg: NORDICOM, 2005.
- HUYSMAN, Marleen y Volker WULF (Eds.). *Social Capital and Information Technology*, Massachussets: MIT, 2004.
- IBARRA, P.; MARTÍ, S. y GOMÁ R. (Coords.). *Creadores de democracia radical. Movimientos sociales y redes de políticas públicas*. Barcelona: Icaria, 2002.
- JANKOWSKI, Nicholas. *Community Media in the Information Age. Perspectives and Prospects*. NJ: Hampton Press, 2002.
- JONES, Steve (Ed.). *Cybersociety 2.0. Revisiting computer-mediated community and technology*. Thousand Oaks: Sage, 1998.
- KATZ, James E. and Mark AAKHUS (Eds.). *Perpetual contact: Mobile communication, private talk, public performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- LÉVY, Pierre. *Ciberdemocracia. Ensayo sobre filosofía política*. Barcelona: Editorial UOC, 2002.
- LÓPEZ, Sara; ROIG, Gustavo; SÁDABA, I. *Nuevas tecnologías y participación política en tiempos de globalización*. Bilbao: HEGOA, 2003.
- LOVINK, G. *Fibra oscura. Rastreado la cultura crítica de Internet*. Madrid: Tecnos, 2004.
- MARÍ SÁEZ, Víctor y Francisco SIERRA: “Capital informacional y apropiación social de las nuevas tecnologías. El papel de las redes críticas de empoderamiento local en la Sociedad Europea de la Información” en Revista TELOS, Octubre-Diciembre, 2007.
- McCANN, Gerard y S. McCLOSKEY (Eds.). *From the Local to the Global. Key Concepts in Development Issues*. Londres: Pluto Press, 2002.
- NAVARRO, Vicenç. “Crítica del concepto de Capital Social”, en Sistema. Revista de Ciencias Sociales, número 172, pp. 27-36, 2003.
- NEGRI, Toni y Michael HARDT. *Multitud*, Barcelona: Debate, 2004.
- PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. *¿Ciberciudadaní@ o ciudadaní@.com?*. Barcelona: Gedisa, 2003.
- PUTNAM, R. (Ed.). *El declive del capital social*. Barcelona: Círculo de Lectores.

RHEINGOLD, Howard. *Multitudes inteligentes. La próxima revolución social*. Barcelona: Gedisa, 2004.

RODRÍGUEZ VILLASANTE, Tomás. *Cuatro redes para mejor-vivir. Del desarrollo local a las redes para mejor-vivir*. Buenos Aires: Lumen/Humanitas, 1998.

RODRÍGUEZ VILLASANTE, Tomás. *Desbordes creativos. Estilos y estrategias para la transformación social*. Madrid: Libros La Catarata, 2006.

SERVAES, Jan y Nico CARPENTIER (Eds.). *Towards a Sustainable Information Society*. UK: ECCR, 2006.

SERVAES, Jan. *One world, Multiple Cultures. A New Paradigm on Communication for Development*. Leuven: ACCO, 1989.

SIERRA, Francisco. *Políticas de comunicación y educación. Crítica y desarrollo de la Sociedad del Conocimiento*. Barcelona: Gedisa, 2006a.

SIERRA, Francisco. "Final Report: New Information Technologies, participation and active citizenship", URBACT NETWORK CITIZ@MOVE, Urbact Secretariat, European Commission, 2006b.

SIERRA, Francisco. "Nouvelles technologies, participation citoyenne et développement local. Une perspective critique du changement social", Actes du Colloque International Démocratie Participative en Europe, Laboratoire de Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales, IUT, Université de Toulouse, 2006c.

SIERRA, Francisco. *Comunicación y desarrollo social. Fundamentos teóricos y prácticos*. Madrid: UNED, 2006d.

SIERRA, Francisco (Dir.). *Nuevas tecnologías de la información y participación ciudadana. Formas de mediación local y desarrollo comunitario de la ciudadanía digital*. Memoria de Investigación, Informe Plan Nacional I+D, Universidad de Sevilla, COMPOLITICAS, 2011 (Referencia: CSO2008-02206). Disponible en www.observatoriociudadaniadigital.org.

VV.AA. *La sociedad de la información en el siglo XXI: Un requisito para el desarrollo*, Madrid: Ministerio de Ciencia y Tecnología, 2003.

VV.AA. *Community Informatics Research Network. Sustainability and Community Technology: What does this mean for Community Informatics?*. Canadá: CIRN, 2004.

VAN BAVEL, René et al.: "ICTs and social capital in the Knowledge Society", Technical Report Series, EUR 21064, 2003, Seville: IPTS.

VAN BAVEL, René; Yves PUNIE; Ilkka TUAMI: "Cambios en el capital social, posibilidades por las TIC", IPTS, número 85, 2004, Sevilla (www.jrc.es/home/report).

VIRNO, Paolo. *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

VIZER, Eduardo. *La trama invisible de la vida social*. Buenos Aires: La Crujía, 2003.

YÚDICE, George. *El recurso de la cultura. Usos de la cultura en la era global*, Barcelona: Gedisa, 2002.